

REFLEXÕES SOBRE O GÊNERO E O MONACATO HISPÂNICO MEDIEVAL

REFLECTIONS ON GENDER AND THE MEDIEVAL HISPANIC MONASTICISM

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva¹

Resumo: A partir de uma apresentação das principais abordagens no estudo do monacato hispânico medieval, este artigo traça reflexões teórico-metodológicas e expõe os dilemas decorrentes do uso da categoria gênero para o estudo da vida monástica. Tais reflexões estão associadas à pesquisa que desenvolvo no momento, que tem como escopo o mosteiro de San Millán de la Cogolla em dois períodos: 1076-1109 e 1227-1265.

Palavras-chave: Monacato, Idade Média, Gênero

Abstract: From a presentation of the main approaches to the study of medieval hispanic monasticism, this article provides theoretical and methodological reflections and exposes the dilemmas resulting from the use of gender category to the study of monastic life. Such reflections are associated with the research that I am developing, which is scoped to the monastery of San Millán de la Cogolla into two periods: 1076-1109 and 1227-1265.

Key-words: Monasticism, Middle Age, Gender

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar, a partir de minha experiência de pesquisa sobre o monacato castelhano centro-medieval, reflexões teórico-metodológicas e dilemas decorrentes do uso da categoria gênero para o estudo da vida monástica. Tenho empregado a categoria gênero em minhas pesquisas desde 2001, contudo, foi só a partir de 2006, quando elaborei o projeto de pesquisa *A Vida de Santa Oria e o monacato feminino em La Rioja no século XIII: uma análise a partir da categoria gênero*, realizado entre março de 2007 a fevereiro de 2010, financiado pelo CNPq, que tal categoria foi usada para o estudo sistemático desta temática. Desde março de 2010, como desdobramento desta primeira investigação, desenvolvo o projeto *Monacato*,

¹ Doutora em História Social pela UFRJ em 1996. Professora Associada II do Departamento de História da UFRJ, atuando no PPGHC. Com a professora Leila Rodrigues da Silva. Coordenadora do Programa de Estudos Medievais (Pem) da UFRJ. Atua na área de história medieval, com ênfase em História Comparada e Estudos de Gênero Pós-estruturalistas. Suas principais temáticas de pesquisa são a hagiografia medieval, o fenômeno da santidade, a Igreja papal, as práticas da religiosidade, a espiritualidade laica, os discursos de gênero e os centros de produção intelectual, tendo como recorte espaço-temporal as penínsulas ibérica e itálica nos séculos XI ao XIII.

poder e gênero: reflexões sobre o cenóbio de San Millán de la Cogolla em perspectiva diacrônica (1076-1109/ 1227-1265), também financiado pelo CNPq.

Este artigo está dividido em oito partes, além desta introdução. Na primeira apresento as principais abordagens no estudo do monacato ibérico, situando a minha pesquisa. Na segunda, alguns trabalhos que apesar de não se aterem ao estudo do universo ibérico, dedicaram-se a estudar o monasticismo a partir da categoria gênero. Na terceira, traço considerações sobre as implicações teóricas da adoção da referida categoria. Na quarta, a partir dos trabalhos já realizados, faço uma breve apresentação do mosteiro eleito para a pesquisa, San Millán de la Cogolla. Na quinta discuto a relação entre os estudos de gênero e a produção historiográfica já consolidada. No sexto, apresento a dupla forma como aplico a metodologia comparada no trabalho. Na sétima pontuo alguns dilemas que esta pesquisa tem suscitado, finalizando com um breve balanço sobre as potencialidades da investigação.

Um esclarecimento faz-se necessário: apesar de pesquisar sobre uma comunidade religiosa formada por homens, não emprego o conceito de masculinidades. O campo de estudos das masculinidades ainda está em formação e, em minha interpretação, fundamenta-se na premissa de que há algo que, em essência, caracteriza o homem, apesar das múltiplas construções do masculino. Assim, como Ceccheto, considero que o gênero é o campo “mais abrangente e teoricamente pertinente” (2004, p.53) para o estudo dos monges emilianenses.

1.O monacato ibérico: principais abordagens de pesquisa

Como apontam Laredo Quesada e Nieto Soria, “El conocimiento de las órdenes monásticas ha sido, desde hace decenios, uno de los puntos fuertes de la historia eclesiástica española” (1998, p.137). O conjunto desta produção, elaborada por pesquisadores de diferentes nacionalidades e diversos aportes teóricos e metodológicos, pode ser subdividido, dentre outros critérios, por suas distintas maneiras de enfocar o monacato. A seguir, vou apresentar as principais tendências que, em minha opinião, marcam o estudo do monasticismo castelhano desde o último século, a fim de sublinhar as particularidades de minha proposta de abordagem do fenômeno monacal em Castela medieval.

Em primeiro lugar, há que destacar os esforços de publicação da documentação monástica, desenvolvidos, sobretudo, por paleógrafos, filólogos e lingüistas. Neste sentido, já foram trazidos ao público dezenas de repertórios diplomáticos e vários outros são lançados a cada ano, em forma de livros ou artigos. Como exemplos, cito os volumes dedicados ao Mosteiro de San Millán de la Cogolla, de responsabilidade de Serrano (1930), Ubieto Arteta (1976) e Ledesma Rubio (1989); ao cenóbio de San Prudencio de

Monte Laturce, por García Turza (1992), e ao de Montearagón, por Serrano Larráyoiz e Mur Sangrá (2006).

Além de diplomas, outros textos ligados aos cenóbios têm recebido atenção, tais como hagiografias, calendários, textos litúrgicos, etc. Exemplos que ilustram este esforço são as edições críticas e estudos sobre os textos relacionados aos mosteiros, como os dedicados à comunidade de Celanova, de Díaz y Díaz, Pardo Gómez, Vilariño Pintos e Carrero Otero (1990), e à de Santa Maria de Benevívere, elaborado por Estrella Pérez Rodríguez (2008).

Em segundo, sublinho os trabalhos preocupados em abordar a organização institucional dos mosteiros, as regras adotadas, a disciplina monacal, a administração das comunidades e seu papel na repovoação e consolidação das áreas conquistadas pelos reinos hispano-cristãos. Esta perspectiva dialoga com a história institucional e influenciou muitos trabalhos desenvolvidos até os anos de 1960. Nesta tendência encontram-se os diversos aportes de Linage Conde sobre o monacato beneditino e pré-beneditino,² os de Charles Julian Bishko, que discutem a organização e o papel do monacato hispânico desde o período visigodo até o século XIII,³ os de Pérez de Urbel, que, dentre outros aspectos, estuda o monacato repovoador.⁴

A preocupação por elaborar estudos monográficos sobre mosteiros particulares ou de grupos de comunidades de uma mesma instituição ou região,⁵ abarcando, sobretudo, os séculos denominados de Idade Média Central, é uma terceira tendência que engloba várias reflexões. Neste sentido, há que sublinhar os trabalhos de Martín Postigo sobre San Frutos del Duratón (1984); os de Javier García Turza sobre os mosteiros de Valvanera (1990) e San Millán de La Cogolla (1997 e 2000); o de Pérez Embid-Wamba (1986), sobre a presença cisterciense em Castela e Leão e o de Filomena Coelho (2006) sobre as comunidades cistercienses femininas em Leão, para só citar alguns exemplos.

Em uma quarta tendência, reúno os trabalhos preocupados em relacionar a vida monacal às estruturas econômicas e sociais ibéricas. Dentro desta perspectiva, destacam-se os estudos de historia rural e sobre as rendas monásticas. Apesar destas questões já terem sido alvo de reflexões desde o início do século,⁶ é a obra de José Angel García de Cortázar sobre San Millán de La Cogolla, publicada em 1969, que é considerada um marco historiográfico. Esta pesquisa foi responsável por elaborar reflexões teórico-

² Alguns destes trabalhos estão listados na bibliografia final.

³ Estes trabalhos foram reunidos e publicados em 1984 com o título *Spanish and Portuguese Monastic History (600-1300)*.

⁴ Dentre estes destaca-se a obra de 1945, *Los monjes españoles en la Edad Media*.

⁵ Neste caso, parte-se da idéia de que tais comunidades partilhavam de problemas regionais comuns ou, por seguirem a mesma observância, acabaram por introduzir estratégias comuns.

⁶ Refiro-me ao trabalho de Julio Puyol sobre o abadengo de Sahagún, publicado em 1915.

-metodológicas que foram empregadas nas décadas seguintes por dezenas de pesquisadores para o estudo de outras comunidades religiosas ibéricas.

Tendo como eixos principais as relações entre monacato, economia e sociedade, foram realizados, dentre outros, estudos tais como o de Díaz Martínez sobre as formas econômicas e sociais do monacato visigodo (1987), de Elida García García sobre San Juan y San Pablo de Peñafiel (1986), o de López García sobre o abadengo de Santa Espina (1990) e o de Mínguez Fernández sobre o domínio do mosteiro de Sahagún no século X (1980). Neste grupo também há que ressaltar o trabalho de Moreta Velayos, que discute questões de método para o estudo das rendas monásticas em Castela (1974).

Identifico uma quinta tendência nos trabalhos dedicados ao monacato ibérico: o estudo dos achados arqueológicos, da arquitetura e de objetos dos cenóbios. Estas reflexões, em muitos casos, não se limitam a descrever espaços ou objetos, mas os articulam a outros aspectos da vida monacal, como a devoção aos santos, o patrocínio, a expansão da comunidade, etc. Exemplos de trabalhos realizados dentro desta perspectiva são os de Bango Torviso (2007), Martínez Tejera,⁷ Moya Valgañón (1973 e 2000) e Alonso Alvarez (2004).

Como sexta tendência, agrupo as pesquisas dedicadas ao estudo das bibliotecas e *scriptoria* monásticas e seus códices, como os diversos trabalhos de Díaz y Díaz, Yarza Luaces e de Silva y Verástegui, dentre outros especialistas.⁸ Neste grupo também incluo as reflexões críticas sobre a fidelidade textual e a transmissão de documentos, como os de Luis Senra sobre as documentações apócrifas de San Pedro de Arlanza (2006), o de Arizaleta sobre Silos (2006) e o de García Andreva, sobre o Becerro Galicano de San Millán de la Cogolla (2009).

Uma sétima tendência pode ser delineada congregando trabalhos que, sob a influência do desenvolvimento da história do corpo e da sexualidade, têm se dedicado a relacionar as regras e a organização monástica ao controle do corpo. Destaco, dentre estes, os de autoria de Leila Rodrigues da Silva,⁹ Riera Melis (1999) e Cecília Lagunas (1999).

Como oitava e última tendência, sublinho os trabalhos que, a partir da última década, estudaram o monacato ibérico colocando em primeiro plano os homens e as relações de poder. Neste grupo encontram-se as reflexões de Pérez de Ciriza, que aborda os senhorios monásticos como espaços de poder (2002), as de Rosa Walker sobre as relações entre o rei Afonso VIII de Castela e a fundação do Mosteiro de Huelgas (2005), e o de Pérez-

⁷ Alguns títulos estão listados na bibliografia final.

⁸ São vários os trabalhos elaborados por Díaz y Díaz, Yarza Luaces e Silva y Verástegui sobre a temática em tela, alguns estão listados na bibliografia final.

⁹ Cito, na bibliografia final, três dos trabalhos publicados pela referida professora.

-Embid Wamba, que discute o papel da produção hagiográfica nas disputas de poder entre os cenóbios e os episcopados (2002). É nesta tendência, ainda em consolidação, que desenvolvo meu trabalho.

A minha proposta visa abordar o monacato a partir dos estudos de gênero. Esta opção aproxima-se da última tendência apontada, pois privilegia o estudo das relações de poder, mas inclui um elemento novo, o saber socialmente produzido sobre as diferenças sexuais, o gênero (SCOTT, 1988, p.44), para pensar tais relações.

2. Monacato e estudos de gênero

O estudo do monacato a partir da categoria gênero não é uma proposta original. Em diferentes centros de pesquisa e universidades de países como Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, já foram desenvolvidos trabalhos sobre o monacato empregando a categoria gênero. Apresento, a seguir, alguns títulos publicados nos últimos anos.

O artigo *Are We Monks, or Are We Men? The Monastic Masculine Gender Model According to the Rule of Benedict*, de Aaron Raverty, publicado em 2006, faz uma análise heurística da Regra de São Bento, discutindo a construção da identidade de gênero dos monges nesta regra. Também datado de 2006 é o trabalho de Constant J. Mews, *Negotiating the Boundaries of Gender in Religious Life: Robert of Arbrissel and Hersende, Abelard and Heloise*, que aborda, a partir da comparação entre os mosteiros de Fontevraud e do Paraclete, as controvérsias e incertezas sobre o gênero na constituição de tais comunidades. O livro *Religious life in Normandy, 1050-1300: space, gender and social pressure*, de Hicks, publicado em 2007, investiga a organização especial dos mosteiros à luz do saber sobre a diferença sexual. É de 2008 o texto *Holy Familiars: Enclosure, Work, and the Saints at Syon Abbey*, de Claire M. Waters, que estuda o papel dos santos patronos na abadia de Sião, na Inglaterra, na subversão do gênero. *Gender and Christianity in Medieval Europe: New Perspectives*, organizado por Lisa M. Bitel e Felice Lifshitz e publicado em 2008, discute como os medievais se auto-identificavam, relacionando esta perspectiva de si à religião e ao gênero.

O campo dos estudos de gênero, diferentemente do que ocorre nos países de tradição latina, já está consolidado nos países anglo saxões. Assim, o tema do monacato medieval, como tantos outros, tem sido alvo de estudos. Estes trabalhos, sobretudo nos últimos anos, como é possível constatar pelos títulos apresentados, preocupam-se em discutir a construção das identidades de gênero em relação com diversas experiências e/ou aspectos da vida monástica, em abordagens que privilegiam a análise lingüística dos textos produzidos pelos religiosos.

Não encontrei, em minhas pesquisas bibliográficas, textos que estudaram o monasticismo ibérico medieval a partir da categoria gênero, tal como propõe Scott. Em alguns trabalhos o termo gênero é, inclusive, empregado, mas como sinônimo de sexo ou de relações sociais ou papéis culturais atribuídos a homens e mulheres.¹⁰ Assim, minha proposta de pesquisa se torna um desafio, pois como o monacato ibérico apresenta particularidades, não é possível unicamente transpor os referenciais adotados pelos autores anglo-saxões para minhas reflexões.

3. Implicações teóricas do uso da categoria gênero no estudo do monacato

Meu objetivo central de pesquisa é discutir como o gênero é instituído e opera nas relações sociais e de poder que instituem as normas e a organização institucional do monacato ibérico. Esta opção tem implicações teóricas, que passo a apresentar.

Em primeiro lugar, privilegio o estudo das significações a partir da análise discursiva dos textos, verificando de que forma os vínculos sociais, a organização institucional e as relações de poder produzem e se assentam em compreensões sobre a diferença sexual. O estudo das significações não representa negar a realidade social constituída ou reduzi-la a discursos, mas, como destaca Joan Scott, criticar “a teoria individual liberal que presume que os indivíduos são totalmente autônomos, racionais, autogerados” (1992, p.92, nota 42).

A produção historiográfica é sempre um discurso que se baseia na leitura crítica dos vestígios preservados, a partir de escolhas teóricas, em um dado contexto geográfico e social, e influenciada por diferentes variáveis em diversos níveis. O estudo dos significados, de matriz pós-estruturalista e com abordagem linguística, busca desconstruir a idéia de um sujeito universal que, como destaca Milagros Rivera, é, ela própria, fruto de uma construção cultural ocidental (2005, p.17). O estudo das significações pressupõe, portanto, dinamismo e instabilidade de sentidos e rompe, duplamente, com a constituição de categorias universais: o sujeito que conhece não é universal assim como o que se busca conhecer não o é.

Em segundo, em minha abordagem a meta é compreender como o gênero interage com a vida religiosa. Desta forma, não busco por leis explicativas causais e gerais ou origens, centrando minha análise em uma comunidade particular. A descrição dos fenômenos também não é sublinhada, pois o foco está em verificar como as relações sociais e de poder foram significadas em conexão com o gênero. Como destaca Butler, mais do que origem e causa, as categorias de identidade “são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (2003, p.9). A

¹⁰ Como no texto já citado de Cecília Lagunas.

pesquisa, portanto, realça as incoerências, as descontinuidades, os conflitos de sentido e as contradições das significações de gênero.

Em terceiro, ainda que meu objeto seja o estudo de uma instituição, o monacato ibérico, não tenho como meta descrever sua organização ou funcionalidade, mas focar as relações de poder, como já anunciado. Compreendo, seguindo Foucault, que o poder não é unificado, não é coerente e não se encontra centralizado. Como destaca o filósofo, “o poder não é uma instituição, e nem uma estrutura, nem tampouco uma certa força que incorporamos. O poder é o nome que atribuímos a uma situação estratégica complexa numa determinada sociedade” (1999, p.90).

Também adoto a idéia de que o social não é uma totalidade organizada a partir de um núcleo que determina seu funcionamento, mas é constituído por múltiplos elementos, que mantêm relações dinâmicas entre si, que dão sentido e organizam este mesmo social. Os sentidos dados ao mundo social, portanto, não são idéias que antecedem à sua organização, mas se constituem no decorrer da história, nas práticas, nas relações entre as pessoas, na produção de representações e no estabelecimento de instituições. Ou seja, não se trata de criar hierarquias entre sentido e organização social, como se uma antecedesse a outra ou se ambas se opusessem, reeditando a dicotomia espírito x matéria ou idealismo x materialismo, mas destacar o caráter múltiplo e complexo da existência e da constituição do saber históricos.

A adoção da categoria gênero, tal como a define e aplica Scott, também implica em uma rejeição do determinismo anatômico e a ideia de que a distinção sexual é natural, universal ou invariante. O gênero configura-se, então, não como um conceito, mas como uma categoria de análise. Ou seja, não adoto, à priori, definições fechadas sobre o que é ser um homem ou uma mulher ou o que caracteriza o feminino ou o masculino, mas busco verificar como estes elementos são discursivamente produzidos, como ganham e geram significados, como são negados, alterados ou até eliminados pelos diferentes grupos sociais. O gênero, nesta perspectiva, não possui uma “essência fixada”, variando no espaço e no tempo (FLAX, 1991, p.221).

Tal como o gênero, o sexo é uma construção cultural, cuja significação vai além da anatomia e ganha sentidos diversos em contextos específicos (LAQUEUR, 2001, p.23). Dentro desta perspectiva, a distinção sexual não é vista como naturalmente dicotômica ou como o fundamento da organização social.

Associada a uma explicação que não se atém ao estudo das causas e das origens e rejeitando as concepções universalizantes, também não adoto a ideia de que o saber sobre a diferença sexual é um elemento que determina a organização social. Segundo Scott, o gênero compreende quatro elementos inter-relacionados - os símbolos; os conceitos normativos; as noções políticas e as referências às instituições e às organizações, e as identidades genéricas - que

operam juntos, mas não estão articulados mecanicamente nem são reflexos uns dos outros. Desta forma, como aponta Jane Flax, o gênero está presente em todos os aspectos da experiência humana, mas constituindo-os parcialmente (1991, p.230). Assim, a meta não é explicar como o gênero determinou ou causou certa organização monástica, mas como se articulou a esta.

Para desenvolver tais reflexões e a fim de dar conta das especificidades ibéricas, adotei variáveis, que permitem verificar as diferentes formas como os discursos sobre a diferença sexual se constituíram e atuaram na configuração do monacato. Desta maneira, articulo o gênero e o monacato às diferentes relações sociais e de poder estabelecidas, direta ou indiretamente, pelos monges e que deixaram vestígios documentais, tais como com o episcopado, a realeza, a aristocracia ibérica, os notários, os camponeses, etc.

Além das variáveis, outras categorias, pensadas em sua dimensão dinâmica, são úteis no desenvolvimento das análises, tais como as de simetria/assimetria, hierarquia e negociação. O uso de tais categorias no estudo dos discursos sobre a diferença sexual articulados às relações sociais e de poder, permite verificar, por exemplo, que critérios são estabelecidos para diferenciar os sujeitos históricos, como estes são posicionados uns frente aos outros, e se tais discursos impõem normas ou resultam de negociação.

Minha abordagem teórica do monacato também apresenta implicações metodológicas: o estudo de uma comunidade particular, em perspectiva comparativa diacrônica, e contrapondo textos hagiográficos, normativos e notariais. Passo a comentá-los nos próximos itens.

4.O mosteiro de San Millán de la Cogolla nos séculos X ao XIII segundo a historiografia

Como os estudos de gênero não buscam a generalização nem tomam o específico como representativo do geral, optei por estudar uma comunidade monástica específica: San Millán de la Cogolla.¹¹ Não se trata, portanto, do estudo do particular para iluminar uma situação mais geral, como nos estudos de microhistória, ou da análise de um caso particular que exemplifica o conjunto. A meta é discutir, como já destacado, como o gênero se conecta com a vida monacal em uma comunidade e em períodos específicos.

O cenóbio de San Millán de La Cogolla está localizado em La Rioja, ao sul de Nájera, em uma das laterais da Serra da Demanda, a cerca de mil e quinhentos metros do povoado de Berceo. Atribui-se a San Millán, eremita que viveu nas montanhas desta região no século VI, a fundação da comunidade.¹² É possível que a partir de um núcleo inicial de seguidores do santo

¹¹ Estudei, anteriormente, os mosteiros femininos de Santa Maria de Cañas e Santa Maria de Herce.

¹² Sobre San Millán, também conhecido como Emiliano, ver, dentre outros, Orlandis, 1992 e Bango Torviso, 2007.

tenha se estabelecido um pequeno grupo semi-eremítico que, após o século X, quando se intensificaram as lutas da chamada Reconquista e La Rioja foi incorporada ao reino de Pamplona,¹³ foi organizado sob a forma de vida cenobítica e enriquecido com doações.¹⁴

Como a vida monástica riojana, em fins do século X, foi afetada pelas campanhas de Almonzor, que abalaram o monasticismo ali florescente (DUTTON, 1984, p.xi), o início do século XI foi marcado pela necessidade de reorganização da vida monacal (ÁLVAREZ PALENZUELA, 1993, p.161). Intensificou-se, então, a integração dos pequenos mosteiros e igrejas surgidos nos séculos IX e X às grandes abadias, principalmente através de doações de igrejas e mosteiros próprios por reis, bispos ou leigos, mas também por compras e trocas. Além disso, partir da segunda metade do século XI, muitos pequenos camponeses, em busca de segurança, colocaram-se sob a proteção dos grandes proprietários da região. Desta forma, até 1109, encontravam-se sob jurisdição do mosteiro de San Millán de la Cogolla 71 mosteiros e 23 igrejas (MARTÍNEZ DÍEZ, 1997, p.9-14), além de vilas, pastos, bosques, campos para cultivo, moinhos, hospedarias, casas, hospitais, etc.¹⁵ Assim, como destaca Diago Hernando, o “radio de influencia excede ampliamente el estricto territorio riojano, alcanzando amplios espacios de Vascongadas, Santander, Burgos y Navarra” (1996, p.87).

Ou seja, no século XI, San Millán de la Cogolla se configurou como um grande senhorio, tornando-se um centro estratégico, liderando e organizando a vida monástica, econômica e intelectual das áreas ao seu redor. A posição privilegiada deste cenóbio, localizado na fronteira entre os reinos de Pamplona e o Castelhanoleonês, o fez objeto de favorecimento de ambos os monarcas, que disputavam a ocupação dos territórios das regiões centro-norte da península (VARASCHIN, 1981, p.260). A incorporação, em 1076, de La Rioja à Castela, segundo García de Cortázar, propiciou ao cenóbio emilianense um “processo de enriquecimento” (1969, p.177-192). Para este autor, tal etapa durou até 1106-1109. Este período, dentre outros fatores, foi marcado, segundo os estudiosos, pelo aumento das áreas sob jurisdição do mosteiro, desenvolvimento da pecuária e da pesca e exploração do sal (PÉREZ-EMBIÓ WAMBA, 2002, p.93; MARTÍNEZ DÍEZ, 1997, p.47-48).

¹³ Utilizo os nomes Pamplona e Navarra referindo-nos à mesma região geográfica, visto que os seus reis, até meados do século XII, apresentavam-se como *rex in Pamplona*. A troca do título ocorreu a partir de 1150.

¹⁴ São muitos os debates sobre a continuidade da comunidade emilianenses a partir de suas origens visigóticas. Sobre o tema ver, dentre outros, Ibáñez Rodríguez, 1997; Monreal Jimeno, 1988; Ubieto, 1973; Martínez Díez, 1997; Maestro Pablo, 1996.

¹⁵ Uma apresentação detalhada do patrimônio emilianense neste período encontra-se em García de Cortázar, 1969.

A consolidação dos grandes mosteiros, dentre eles o emilianense, foi acompanhada do fortalecimento do poder episcopal e de tentativas de reformulação da igreja hispana pelos reis. Uma etapa da implantação desta política real foi a realização, em Cozanza, em meados do século XI, de um concílio convocado pelo rei castelhanoleonês Fernando I. Esta assembleia tratou de diferentes questões eclesíásticas, algumas das quais diretamente ligadas ao monacato, como a desobediência dos abades aos seus bispos e a intromissão dos leigos na vida eclesíastica.¹⁶

Outro fato que afetou a vida monástica emilianense foram as tentativas da Cúria romana de introduzir as suas próprias estratégias de reforma, iniciadas em fins do século XI.¹⁷ Elas resultaram, entre outros fatores, no fortalecimento do poder do bispado calagurritano e nos conflitos entre este e os cenóbios riojanos.

A prosperidade e a influência do mosteiro emilianense mantiveram-se no decorrer do século XII, a despeito das lutas entre os reinos cristãos pelo controle de La Rioja, que só foi incorporada definitivamente à Castela em fins deste século, e dos já citados conflitos com o episcopado, ainda pontuais.

Nas primeiras décadas do século XIII, segundo a historiografia, este quadro começou a se transformar. A partir deste período, foram constantes os litígios de San Millán contra os episcopados calagurritano e burgalês pela jurisdição sobre templos e terras. Com os novos ideais de vida religiosa, pautados no ingresso no mundo, na pregação e na pobreza, e a inserção dos mendicantes na região, as doações decresceram. Face à organização das escolas urbanas, San Millán de la Cogolla perdeu sua hegemonia como centro intelectual. Com a consolidação das peregrinações a Santiago de Compostela, a despeito de abrigar, segundo a tradição, o túmulo do patrono de Castela, San Millán, o cenóbio não atraía o mesmo número de romeiros. Com a urbanização da região em ritmo crescente, foi paulatinamente substituído no papel de organizador da produção. Os vassalos se negavam a pagar os tributos devidos e o fortalecimento do poder real castelhano implicava em aumento das taxações e imposição de normativas. Todo este quadro levou a que houvesse, segundo García Turza, um distanciamento entre o abade e os monges e dissensões entre os membros da comunidade. Como sintetiza este autor, “San Millán de la Cogolla no supo adaptarse a la nueva situación ni a las nuevas necesidades socio-economicas” (2000, p.31).

¹⁶ Sobre este concílio ver o ainda fundamental GARCIA GALLO, 1950.

¹⁷ Para uma explanação mais detalhada de minha visão sobre a Reforma Eclesiástica Papal, ver SILVA, 2009.

5. Os estudos de gênero e o diálogo com a historiografia

Não vou estudar a comunidade emilianense em todo o período acima destacado – séculos X ao XIII. Vou me ater a dois momentos que, como já destaquei, são classificados como de ascensão e crise de San Millán de La Cogolla: 1076 a 1109, considerado o ápice do crescimento do cenóbio por Garcia de Cortázar, e o de 1227-1256,¹⁸ marcado por conflitos e crise econômica, segundo diversos autores.¹⁹

O recorte temporal dos dois períodos a serem estudados foi feito, deliberadamente, pautado nas conclusões da historiografia. Em minha pesquisa, estas reflexões, que foram elaboradas e fundamentadas em paradigmas diferentes do que adoto, também são alvo de análise. Ainda que não tenham sido produzidos com a preocupação com o gênero, os estudos historiográficos sobre San Millán participam da produção do saber sobre a diferença sexual e o perpetuam. Como destaca Scott, as reflexões historiográficas do passado contribuem para as construções de gênero no presente (1988, p.13).

Os estudos já realizados sobre a comunidade de San Millán de la Cogolla visam reconstruir a sua estruturação e funcionamento no passado, destacando aspectos relacionados à sua administração, ao relacionamento do cenóbio com outras esferas de poder, à produção cultural, às atividades econômicas, etc., registrando as conclusões em narrativas interpretativas dos fenômenos históricos lineares e sequenciais. Tais reflexões são elaboradas partindo da ideia de um sujeito universal, neutro, que é, por si só, uma construção genderizada, ou seja, afetada por saberes sobre a diferença sexual. Faz-se fundamental, portanto, ler criticamente tais trabalhos, verificando como o gênero influenciou as investigações sobre a vida monacal em San Millán; discutindo como o estudo das significações de gênero em conexão com as relações sociais e de poder estabelecidas com e pela comunidade emilianense podem contribuir para a compreensão da organização e funcionamento deste cenóbio e de que forma esta nova proposta de pesquisa se aproxima ou se afasta das ideias de ápice e crise.

Fazer estudos de gênero não significa renunciar o estudo passado, abandonar as fontes ou ignorar os trabalhos historiográficos já elaborados. Contudo, como já realcei acima, exige uma revisão nos métodos de análise e na forma de explicar os fenômenos históricos, assim como um diálogo crítico constante com os estudos já elaborados.

¹⁸ Ainda que a crise emilianense tenha se prolongado, optei por demarcar o estudo até o ano de 1265. Esta opção relaciona-se ao nosso *corpus* documental. Em 1265 as obras de Berceo e as Siete Partidas já haviam sido finalizadas.

¹⁹ Sobre San Millán de la Cogolla no século XIII ver Grande Quejigo, 2000, p. 249-251; Garcia Turza, 2000; Dutton, 1984, p. xi-xiii.

6. Os estudos de gênero e a história comparada

A pesquisa em desenvolvimento também busca explorar as potencialidades da história comparada. Segundo Koeka, a comparação histórica se caracteriza pelo exame sistemático, a partir de uma questão comum, de dois ou mais fenômenos históricos (2003, p.39). Partindo desta definição, considero a história comparada não em uma dimensão teórica, mas metodológica.

Tradicionalmente, a comparação tem privilegiado o estudo de sociedades próximas e contemporâneas, contudo, por que não ampliar as potencialidades metodológicas da comparação, confrontando conjunturas diversas de um mesmo fenômeno social? Não se trata, aqui, de buscar, como já ressaltado, linhas de continuidade ou a construção de uma narrativa histórica sequencial e linear, mas de dar relevo justamente ao singular e ao dinamismo dos sentidos. Acredito que articular os estudos de gênero à história comparada permite perceber de que forma os discursos sobre a diferença sexual se articulam às relações sociais e de poder em contextos específicos.

A comparação também figura na pesquisa por outra razão: o *corpus* documental, que é constituído por textos elaborados com motivações e para públicos variados. Os textos em análise são hagiografias; textos normativos eclesiais e reais, e documentos notariais. Eles não estão necessariamente relacionados, ou seja, podem ter sofrido, ou não, influências uns dos outros, e vinculam-se, direta ou indiretamente, ao mosteiro emilianense e aos dois períodos em estudo. A meta é justamente verificar como enunciados dispersos, mas associados ao mesmo tema - a vida monástica - deram sentido ao gênero e operaram nas relações sociais e de poder.

Os textos hagiográficos têm como temáticas os santos, sua trajetória, feitos e/ou culto. Não eram considerados, no medievo, materiais canônicos ou teológicos, mas obras com caráter festivo, que objetivavam cristalizar uma memória sobre alguém considerado digno de veneração e comemorar a sua vitória contra o mal, o diabo e a morte. É por isto que eram lidos nas festas, nos refeitórios monásticos, nas escolas e em locais públicos, como praças. Desta forma, tais textos também foram veículos para a propagação de concepções teológicas, modelos de comportamento, padrões morais, valores e saberes sobre a diferença sexual.

As hagiografias em estudo são o livro I da *Vita Dominici Silense* (VDCi), *Vida de San Millán de la Cogolla* (VSM), *Vida de Santo Domingo de Silos* (VSD) e a *Vida de Santa Oria* (VSO). A VDCi foi redigida entre 1088 e 1109, e apresenta a biografia de Domingo de Silos, que viveu no século XI e que durante algum tempo foi monge em San Millán. Alguns autores defendem que o autor desta obra, o monge Grimaldo, também viveu algum tempo no cenóbio emilianense. As demais obras são atribuídas a Gonzalo de Berceo, clérigo secular que viveu no século XIII, mas que manteve estreitos

vínculos com San Millán. A VSM narra a trajetória do fundador do mosteiro; a VSO, de uma jovem que teria vivido reclusa nesta comunidade no século XI, e a VSD, do já citado Domingo.

Denomino como normativos aqueles textos que buscam regular a vida social. Nesta pesquisa, optei por analisar tanto normas produzidas por eclesiásticos, ibéricos e papais, como códigos de leis organizados sob a ordenança real. Os textos canônicos em estudo são as atas sinodais de Coyanza, de 1055; os cânones do Concílio de Latráo IV, realizado em 1215; os sínodos do Concílio de Valladolid de 1228 e os de Calahorra de 1240 e 1256. Os textos legislativos reais são o *Forum Icum*, o *Fuero Real* e as *Siete Partidas*.

O Concílio de Coyanza foi realizado por volta de 1054 e 1057. Como já assinalai, foi convocado pelo rei Fernando I, com o objetivo de reformar a igreja hispana, inspirado na tradição visigótica. Esta assembleia é considerada o ponto de partida para reorganização e fortalecimento do clero secular hispano. Os cânones deste concílio foram transmitidos por diferentes manuscritos, dentre os quais dois são considerados principais por Garcia Gallo: o Cartulário da Sé de Coimbra, conhecido como Livro Preto, datado do século XII, e o *Liber Testamentorum* ou *Libro gótico* de Oviedo, copiado entre 1126 e 1129 (1950).

O *Liber Iudiciorum*, também conhecido como *Lex Visigothorum*, *Lex Visigoda*, *Código de Recesvinto*, *Liber Iudicum*, *Liber Gothorum*, *Fori Iudicum*, *Forum Iudicum* e *Forum Iudiciorum*, é um código legislativo compilado no início da Idade Média no Reino Visigodo, publicado, provavelmente, no ano de 654, reunindo leis romanas, visigodas, cânones conciliares, e normas cuja data e autoria ainda são temas de discussão. A obra está dividida em 12 livros, que tratam, entre outros temas, da administração da justiça, do casamento, das heranças, das doações, das penalidades, da heresia, etc.

Lateranense IV foi o maior dos concílios ecumênicos medievais e dele resultaram cânones que, como defendo, apresentam uma síntese do projeto papal para a reforma da Igreja. Esta legislação é produto do trabalho de um grupo de juristas, conhecedores do direito canônico e romano, comprometidos com a política eclesiástica do papado. Ela aborda questões em relação às heresias, ao governo eclesiástico, à correção dos costumes, à formação dos clérigos, ao ministério pastoral, ao casamento e aos excluídos, judeus e muçulmanos, além de apresentar referências aos sacramentos. Há, contudo, um tratamento desigual destas temáticas: o governo eclesiástico é alvo de um maior número de cânones. As atas originais não foram preservadas. Há uma cópia de 1216, que foi alçada a texto de autoridade e incluída no *Corpus* de Direito Canônico.

O concílio de Valladolid, realizado em 1228, reuniu as dioceses da Província Eclesiástica de Toledo e foi presidido pelo legado papal João de Abbeville, que visitou a Península Ibérica nos anos de 1228 e 1229. O ob-

jetivo da assembleia era introduzir as normativas aprovadas em Latrão IV na região.

As atas sinodais calagurritanas de 1240 e 1256 foram transmitidas por meio de uma cópia presente em um manuscrito do século XV, denominado *Libro Juratório*. Os cânones de ambos os sínodos foram transmitidos em conjunto, somando quarenta e um parágrafos, designados por números romanos, a começar pelo X. Diversos temas são tratados, tomando como diretrizes, tal como é assinalado nos cânones XII, XXVI e XXXVI, as “constitutiones de Letran e legado”, isto é, os cânones do IV Concílio de Latrão e as ordenanças de João de Abbeville. Segundo as atas, o abade emilianense assistiu esta assembleia.

O *Fuero Real* é um código em que foram reunidas 550 leis, divididas em quatro livros e 72 títulos, que tratam de temáticas diversas, tais como herança, doação, casamentos, transações comerciais, procedimentos jurídicos e administração. Influenciado por outros códigos anteriores, como o *Fuero Juzgo* e outros *fueros* castelhanos locais, foi compilado por Fernando Martínez Zamora, por ordem do monarca Afonso X, e proclamado, por volta de 1254. A meta política era utilizá-lo para a unificação jurídica do reino, sendo outorgado às cidades do norte castelhano. Entretanto, mediante as reações suscitadas, a partir de 1272 sua aplicabilidade foi limitada a algumas cidades e ao uso como fonte de direito no tribunal real. Há diversos manuscritos preservados do *Fuero Real*. Alvar e Lucía Megías listam 28 códices, copiados entre os séculos XIII ao XV (2002, p.11-14).

As *Siete Partidas* começaram a ser redigidas por volta de 1256. Quanto ao processo de composição e data de finalização, há controvérsias.²⁰ Seguimos os autores que apontam os anos de 1263 e 1265. O objetivo principal da elaboração deste corpo de leis era, como em relação ao *Fuero Real*, dar unidade legislativa ao reino. A obra contém um prólogo e sete partes, divididas em 182 títulos, computando um total de 2.802 leis. Segundo Ramos Bossini, este código foi elaborado por um grupo conhecedor do direito romano, canônico e hispano, bem como de textos de caráter filosófico, moral, literário, etc (1984, p.50). Ainda que composto em meados do século XIII, sua aplicação iniciou-se oficialmente com as Cortes de Alcalá de Henares, de 1348. As *Siete Partidas* foram transmitidas por oitenta e um manuscritos, que apresentam divergências entre si, e por edições impressas, a primeira datada de 1491. Vale destacar que ainda não existe uma edição crítica da obra elaborada a partir do cotejo entre os diversos manuscritos preservados.

No último grupo encontram-se os textos notariais emilianenses. Estes textos tinham como objetivo registrar transações de diferentes naturezas, como doações, compras e vendas de propriedades. Ainda que seguissem

²⁰ Segundo Craddock, as Partidas passaram por quatro estágios textuais até chegar a sua versão final, posterior a 1272 (1981).

esquemas literários fixos, os notários que os redigiram procuraram captar e ressaltar a intenção dos sujeitos envolvidos nas ações. Estes documentos apontam para as diversas variáveis que, provavelmente, interferiam no cotidiano da vida monástica, como as relações familiares e os interesses econômicos e políticos por parte dos leigos, do bispo e do corpo eclesiástico em geral. Em geral, o material notarial é empregado em estudos de caráter econômico, político e social, que se preocupam em reconstruir o patrimônio, os poderes senhoriais e o cotidiano da vida monástica.²¹ Desta forma, um dos desafios da pesquisa é desenvolver formas de abordagem deste material que permitam estudar as significações de gênero.

Como o trabalho está voltado para o estudo dos saberes de gênero, partindo da idéia de que a linguagem é o “instrumento sociocultural por cujo intermédio as temáticas se concretizam” (SCOTT, 2002, p.45), optei por analisar os saberes enunciados nos textos selecionados. Adoto, assim, o que Elizabeth Clark denomina de “the hermeneutic paradigm” (2001, p.396): trato os documentos históricos como textos e enfatizo o estudo dos processos de significação,²² pois não considero que existam sentidos naturais ou atemporais.

Para a análise dos textos selecionados, combino diferentes técnicas, dependendo do tipo de enunciado, que denomino como a lexicográfica; a semântica; a narrativa; a diacrônica e sincrônica. Na análise lexicográfica, partindo do pressuposto que “the meanings are not fixed in a culture’s lexicon” (SCOTT, 1988, p.5), seleciono unidades de análise, ou seja, alguns termos e suas variações, e verifico que sentidos lhe são atribuídos nos textos. Na semântica, opto por categorias, como, por exemplo, os adjetivos associados a um personagem em certa narrativa, ou palavras dentro do mesmo campo semântico. Em alguns casos também utilizo a análise narrativa. Neste caso, busco identificar e analisar os diversos elementos que configuram a narrativa e que a tornam um todo de sentido, ou seja, lhe dão coesão, como o enredo; as personagens e sua caracterização; a presença ou ausência de um narrador e a sua forma de inserção na narração, se há indicações temporais e/ou espaciais, etc. Também busco as digressões e desvios narrativos. Por fim, destaco o uso da análise sincrônica e diacrônica. Ao empregar esta técnica, analiso os textos em seu contexto literário em perspectiva sincrônica, ou seja, à luz dos textos que lhe são contemporâneos, e a diacrônica, dos que o antecederam, a fim de identificar a que tradições e fontes os textos estudados são tributários.

²¹ Exemplos desta tendência são os trabalhos de PÉREZ-EMBED WAMBA, 1986; DIAGO HERNANDO, 1996; COELHO, 2006, e PÉREZ CARAZO, 2008.

²² Os processos de significação são aqui entendidos como estratégias retóricas para dar sentidos específicos a diferentes elementos do social em um dado texto, seja escrito, oral ou imagético.

A partir dos dados documentais levantados, à luz do quadro teórico escolhido e dos elementos de recepção, circulação e transmissão dos textos, busco verificar como o gênero se consistiu e operou em La Rioja nos períodos selecionados no que se refere à vida monástica emilianense, contrapondo os diferentes materiais selecionados.

7. Dilemas

A opção pelos estudos de gênero apresenta dilemas. Aqui, apresento aqueles que considero, no momento, fundamentais para o estudo da vida monacal em San Millán de La Cogolla. Como destaquei, a adoção da categoria gênero traz implicações teóricas e exige uma revisão das formas já consolidadas de fazer história. Mas ficam algumas questões, que passamos a apresentar.

Como ler a historiografia e construir quadros contextuais, a fim de relacioná-los aos significados de gênero encontrados na análise dos enunciados, sem reafirmar posturas epistemológicas que se pautam em sujeitos neutros, dicotomias, descrições, determinismos e explicações causais? E se rompemos com tais formas de explicação, como articular as compreensões contraditórias e/ou conflitantes no estudo dos fenômenos históricos? Como não cair na tentação de transformar o gênero como origem e fundamento que determina toda a organização social?

Como elaborar reflexões mais globais sobre o monacato, empregando uma categoria que é ao mesmo tempo vazia e transbordante, e, portanto, instável? A metodologia comparada é o único caminho para ultrapassar o estudo de cada texto e seus processos de significação?

É possível adotar o conceito de identidade para sociedades nas quais a ideia de indivíduo ainda não existe, como a medieval? Em caso positivo, como a identidade se articula ao gênero? O gênero produz identidade ou identidades? Como articular a construção de identidade(s) de gênero a outras identidades, como a religiosa?

Como traduzir na linguagem as reflexões sobre como as hierarquias, simetrias e assimetrias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e perpetuadas? Como captar o dinamismo do gênero sem usar os pares dicotômicos homem/mulher e feminino/masculino?

Os dilemas se apresentam a cada etapa da pesquisa, mas é justamente no dia-a-dia, com a ampliação das reflexões teóricas, o uso aplicado da metodologia, o diálogo com outros especialistas, a leitura crítica da historiografia e o trabalho com os textos, que estes poderão ser superados e substituídos por outras indagações.

O estudo do monacato ibérico tem se desenvolvido por meio de abordagens diversas. Contudo, as reflexões no campo dos estudos de gênero

são praticamente inexistentes. Acredito que com a adoção das implicações teóricas deste campo de estudo será possível perceber aspectos novos do fenômeno monástico. Contudo, o uso de tais referenciais, como destaquei, exige uma nova maneira de fazer história.

Como assinaléi, minha pesquisa tem como principal meta analisar como os discursos sobre a diferença sexual constituíram as relações sociais e de poder estabelecidas pelos monges emilianenses entre si e com outros diferentes grupos sociais riojanos nos séculos XI e XIII, mas acredito que seu desenvolvimento pode trazer outras contribuições, tais como aprofundar as reflexões teórico-metodológicas nos campos da História Comparada, em especial das análises em diacronia; repensar o papel da produção hagiográfica, tradicionalmente vista como uma expressão de caráter unicamente religioso; analisar como os discursos sobre a diferença sexual figuraram e interferiram na elaboração de normativas eclesásticas e reais sobre o monacato nos séculos XI e XIII, e desenvolver novas técnicas de análise de textos notariais, que permitam o levantamento de dados de pesquisa para uso em análises qualitativas.

Referências Bibliográficas

ALONSO ÁLVAREZ, R. *El Monasterio cisterciense de Santa María de Cañas (La Rioja)*. Arquitectura gótica, patrocinio aristocrático y protección real. Logroño: IER, 2004.

ALVAR, Carlos, LUCÍA MEGÍAS, José Manuel. *Diccionario filológico de la literatura medieval español*. Textos y transmisión. Madrid: Castalia, 2002.

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Angel. Expansión de las órdenes monásticas en España durante la Edad Media. In: IGLESIA DUARTE, J. I. (coord.). *Semana de Estudios Medievales*, 3, Nájera, 1992. *Actas...* Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1993. p.161-178.

ARIZALETA, Amaia. Legitimar la falsificación: la autoridad del rey y la autoridad del escribano (en torno a Pero Marín y algunos textos de Silos) *Cahiers d'études hispaniques medievales*, n. 29, p.453-468, 2006.

BANGO TORVISO, Isidro Gonzalo. *Emiliano, un santo de la España visigoda, y el arca románica de sus reliquias*. Logroño: Fundación San Millán de la Cogolla, 2007.

_____. Reformas monásticas y litúrgicas en relación con los edificios románicos de Santo Domingo de Silos. In: GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel, TEJA CASUSO, Ramón(Coord.). *Los grandes monasterios benedictinos hispanos de época románica (1050-1200)*. Aguilar de Campo:

Fundación Santa María La Real, 2007. p.141-166.

BISKHO, Charles J.. *Spanish and Portuguese Monastic History (600-1300)*. Londres: Variorum Reprints, 1984.

BITEL, Lisa M., LIFSHITZ, Felice (Ed.). *Gender and Christianity in Medieval Europe: New Perspectives*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

BUTLER, J. *Problemas de género: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CECCHETTO, F. R. O debate contemporâneo sobre a masculinidade. In: _____. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.51-72.

CLARK, E. A. Women, Gender, and the Study of Christian History. *Church History*, v. 70, n. 3, p. 395-426, 2001.

COELHO, M. F. *Expresiones del poder feudal: el cister femenino en León* (siglos XI y XIII). León: Universidad de León, 2006.

CRADDOCK, Jerry R. La cronología de las obras legislativas de Alfonso X el Sabio. *Anuario de Historia del Derecho Español*, n. 51, p.365-418, 1981.

DIAGO HERNANDO, M. Los señoríos monásticos en La Rioja bajomedieval: Introducción a su estudio. *Berceo*, n. 131, p.85-107, 1996.

DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo de la Cruz *Formas económicas y sociales en el monacato visigodo*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1987.

DÍAZ Y DÍAZ, M. C. El escriptorio de Silos. *Revista de musicología*, v. 15, n. 2-3, p.389-402, 1992.

_____. El manuscrito de Lérins de la Regula Isidori. *Studia monastica*, v. 7, n. 2, p.369-382, 1965.

_____. *Libros y librerías en la Rioja altomedieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1979.

_____. San Rosendo y su época. *Rudesindus: miscelánea de arte e cultura*, n. 2, p.73-84, 2007.

DUTTON, Brian (Ed.). *Gonzalo de Berceo*. Obras completas. 2. ed. Londres: Tamesis Books, 1984. 5 v., V. 1: la vida de San Millán de la Cogolla.

FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (org.) *Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.217-50.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GARCÍA ANDREVA, Fernando. Del manuscrito al cartulario. Notas sobre la fidelidad textual del Becerro Galicano de San Millán de la Cogolla. In: ROMERO AGUILERA, Laura, JULIÀ LUNA, Carolina (Coord.). Tendencias actuales en la investigación diacronica de la lengua. Congreso Nacional de la Asociación de Jóvenes Investigadores de Historiografía e Historia de la Lengua Española Barcelona, 8, de 2 a 4 de abril de 2008. *Actas...* Barcelona: Universitat de Barcelona, 2009. p.277-288.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (siglos X al XIII)*. Introducción a la historia rural de Castilla altomedieval, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1969.

GARCIA GALLO, A. El concilio de Coyanza. *Anuario de Historia del Derecho Español*, Madrid, n. 20, p.275-333; 372-416, 1950.

GARCÍA GARCÍA, Elida *San Juan y San Pablo de Peñafiel. Economía y sociedad (1318-1512)*. Salamanca, Junta de Castilla y León, 1986.

GARCÍA TURZA, Francisco Javier *El Monasterio de Valvanera en la Edad Media: (siglos XI-XV)*. Madrid: Unión Editorial, 1990.

_____. El Monasterio de San Millán de la Cogolla en la Alta Edad Media: aproximación histórica. *Berceo*, n. 133, p. 9-25, 1997.

_____. San Millán de la Cogolla en los umbrales de la crisis: 1200-1300. In: GIL-DÍEZ USANDIZAGA Ignacio (Coord.). Los monasterios de San Millán de la Cogolla. Jornadas de arte y patrimonio regional, 6, San Millán de la Cogolla, 6, 7 e 8 de novembro de 1998. *Actas...* Logroño: Instituto de Estudios Riojanos - Gobierno de La Rioja, 2000. p. 27-46.

_____. *Documentación medieval del Monasterio de San Prudencio de Monte Laturce (siglos X-XV)*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1992.

GRANDE QUEJIGO, F. J. *Hagiografía y difusión em la Vida de San Millán de la Cogolla de Gonzalo de Berceo*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2000.

HICKS, Leonie V.. *Religious life in Normandy, 1050-1300: space, gender and social pressure*. Woodbridge: Boydell Press, 2007.

IBÁÑEZ RODRÍGUEZ, Miguel. La constitución del primer cenobio en San Millán. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (Coord.). Semana de Estudios Medievales, 7, Nájera, 29 de julho a 2 de agosto de 1996. Lo-

groño: Instituto de Estudios Riojanos, 1997. p.385-396.

KOCKA, J. Comparison and beyond. In. *History and Theory*, n. 42, p.39-40, Feb. 2003.

LADERO QUESADA, Miguel Angel; NIETO SÓRIA, José. Iglesia y sociedad en los siglos XIII al XV (ámbito castellano-leonés). Estado de la investigación. *En la España Medieval*, n. 11, p.125-137, 1988.

LAGUNAS, Cecília E. *Abadesas y Clérigos*. Poder, religiosidad y Sexualidad en el Monacato Español. siglo X-XV. Luján: Universidad Nacional de Luján, 1999.

LAQUEUR, T. *Inventando o Sexo*. Corpo e Género dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 2001.

LEDESMA RUBIO, Maria Luisa (Ed.). *Cartulário de San Millán de la Cogolla (1076 - 1200)*. Zaragoza: Anubar, 1989.

LINAGE CONDE, José Antonio. En torno a la benedictinización: La recepción de la Regla de San Benito en le monacato de la península ibérica a través de Leyre y aldeaños. *Príncipe de Viana*, v. 46, n. 174, p.57-92, 1985.

_____. *Los orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica*. León: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Centro de Estudios "San Isidoro", 1973. 2v.

_____. La tardía supervivencia de los monasterios dobles en la Península Ibérica. *Studia monastica*, v. 32, n. 2, p.365-379, 1990.

LÓPEZ GARCÍA, José Miguel. *La transición del feudalismo al capitalismo en un señorío monástico castellano: el abadengo de la Santa Espina (1147-1835)*. Valladolid: Consejería de Cultura y Bienestar Social, 1990.

LUIS SENRA, José. *Mutatis mutandis: creaciones apócrifas en el monasterio de San Pedro de Arlanza (Burgos)*. *CEHM*, n. 29, p. 23-43, 2006.

MAESTRO PABLO, Ismael. Reflexiones en torno a las iglesias y monasterios de San Millán de la Cogolla (siglos X-XI). *Príncipe de Viana*, v. 57, n. 207, p.89-100, 1996.

MARTÍN POSTIGO, María de la Soterraña *San Frutos del Duratón: Historia de un priorato benedictino*. Segovia: Caja de Ahorros y Monte de Piedad, 1984.

MARTINEZ DIEZ, Gonzalo. El monasterio de San Millán y sus monasterios filiales: documentación Emilianense y diplomas apócrifos. *Brocar: Cuadernos de investigación histórica*, n. 21, p.7-54, 1997.

MARTÍNEZ TEJERA, Artemio Manuel. Los monasterios hispanos (siglos V-VII): una aproximación a su arquitectura a través de las fuentes literarias. *Arqueología, paleontología y etnografía*, n. 4, p.115-126,1998.

_____. Monasterios y cenobios en hispania (ss. V-X): organización y dependencias de un espacio elitista Monasteria et territoria. In: _____, LÓPEZ QUIROGA, Jorge, MORÍN DE PABLOS, Jorge. (Coord.). *Elites, edilicia y territorio en el Mediterraneo medieval (siglos V-XI)*. Encuentro Internacional e Interdisciplinar sobre la alta Edad Media en la Península Ibérica, 3, Madrid, 2006. *Actas...* Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2007. p.19-76.

_____. La realidad material de los monasterios y cenobios rupestres hispanos (siglos V-X). In: GARCÍA DE CORTÁZAR, J. A., TEJA CASUSO, R.(Coord.). *Monjes y monasterios hispanos en la Alta Edad Media*. Aguilar de Campo: Fundación Santa María La Real, 2006. p.59-98.

MELIS, Antoni Riera. Restricciones alimenticias como recurso expiatorio en algunas reglas monásticas de los siglos VI y VII. *Aragón en la Edad Media*, v. 14-15, n. 2, p. 1303-1316, 1999.

MEWS, Constant J. Negotiating the Boundaries of Gender in Religious Life: Robert of Arbrissel and Hersende, Abelard and Heloise. *Viator*, v. 37, p.113-148, 2006.

MÍNGUEZ FERNÁNDEZ, José María. *El dominio del monasterio de Sabagún en el siglo X*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1980.

MONREAL JIMENO, L. A. Centros Eremíticos y semi-eremíticos en el valle del Ebro: aspectos metodológicos. In: Iglesia Duarte, José Ignacio de la (Coord.). *Semana de Estudios Medievales*, 2, 1991, Nájera. *Actas...* Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1993. p.49-63.

MORETA VELAYOS, Salustiano. *Rentas monásticas en Castilla: problemas de método*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1974.

MOYA VALGAÑÓN, J. G. La iglesia de San Millán de la Cogolla de Yuso. In: Gil-Díez Usandizaga, Ignacio (Coord.). *Los monasterios de San Millán de la Cogolla*. Jornadas de arte y patrimonio regional, 6, San Millán de la Cogolla, 6, 7 e 8 de noviembre de 1998. Logroño: IER, 2000. p.73-96.

_____. Santa María de Cañas y su musco. *Berceo*, n. 85, p.171-185, 1973.

ORDOÑO DE CELANOVA. *Vida y milagros de San Rosendo*. Edição, tradução e estudo por DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C., PARDO GÓMEZ, María Virtudes e VILARIÑO PINTOS, Daría. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de La Maza, 1990.

PÉREZ CARAZO, P. *Santa María de Herce y su abadengo en la Edad Media*. Logroño: IER, 2008.

PÉREZ DE CIRIZA, Luis Javier Fortún. El señorío monástico altomedieval como espacio de poder. In: IGLESIA DUARTE, J. I. DE LA (Coord.). Los espacios de poder en la España medieval. SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 12, Nájera, de 30 de julio a 3 de agosto de 2001. *Actas...* Logroño: IER, 2002. p. 181-243.

PÉREZ DE URBEL, Fr. I.. *Los monjes españoles en la Edad Media*. 2. ed. Madrid: Ancla, 1945. 2v.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Estrella. *Vita Didaci, poema sobre el fundador de Benevívere*. Estudio y edición crítica con traducción del poema y de los diplomas relacionados. León: Universidad de León, 2008.

PÉREZ-EMBED WAMBA, J. El Cister femenino en Castilla y León. La formación de los dominios. *La España Medieval*, n. V, p.761-796, 1986.

_____. *Hagiología y sociedad en la España Medieval*: Castilla y León (Siglos XI-XIII). Huelva: Universidad de Huelva, 2002.

PUYOL Y ALONSO, Julio. *El Abadengo de Sahagún* (contribución al estudio del feudalismo en España), Madrid: Real Academia de la Historia, 1915.

RAMOS BOSSINI, Francisco (Ed.). ALFONSO X. *Primeira Partida*. (MS. HC. 397/573). Granada: Hispanic Society of America, 1984.

RAVERTY, Aaron. Are We Monks, or Are We Men? The Monastic Masculine Gender Model According to the Rule of Benedict. *The Journal of Men's Studies*, v. 14, n. 3, p.269-291, 2006.

RIVERA GARRETA, M. M. *La diferencia sexual en la Historia*. València: Universitat de València, 2005.

SCOTT, J. *A Cidadã Paradoxal*. As Feministas Francesas e os Direitos do Homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. *Gender and Politics of History*. Revised Edition. New York: Columbia University Press, 1988.

_____. História das Mulheres. IN: BURKE, P. (Org.) *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p.63-96.

SERRANO LARRÁYOZ, Fernando, MUR SANGRÁ, Lorenzo. Documentación sobre el monasterio de Montearagón conservada en la Sección de Comptos del Archivo General de Navarra (1205-1454). *Argensola*: Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses, n. 116,

p.363-409, 2006.

SERRANO, Luciano. *Cartulario de san Millán de la Cogolla*. Madrid: Centro de Estudios Históricos, 1930.

SILVA, A. C. L. F. da. A luta entre o *regnum et imperium* e a construção da *ecclesia universalis*: uma análise comparativa dos concílios. In: SILVA, F.C.T. Da; CABRAL, R. P.; MUNHOZ, S. J.. (Org.). *Impérios na História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p.95-105.

SILVA, Leila Rodrigues. A atenção ao corpo na obra de Leandro de Sevilha dedicada a Florentina. *História Revista* – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, Goiânia, v. 11, n. 1, p.79-88, 2006.

_____. A gula nas regras monásticas de Isidoro de Sevilha e Frutuoso de Braga. In: Encontro Internacional de Estudos Medievais, 4, 4 a 7 de julho de 2001, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p. 649-657.

_____. Trabalho e punição nas regras monásticas de Isidoro de Sevilha e Frutuoso de Braga. In: *Olhares do Corpo*. THEML, N, BUSTAMANTE, R. M. da C. et LESSA, F. de S. (org.). Rio de Janeiro: Faperj - Mauad, 2003. p.99-106.

SILVA Y VERÁSTEGUI, María Soledad I. de. Miniaturas inéditas de la “Vida de San Millán de la Cogolla” en un códice del siglo X. *Berceo*, n. 12, p.61-664, 1993.

_____. La iluminación de códices en el scriptorium benedictino: San Millán de la Cogolla (1050-1200). In: GARCÍA DE CORTÁZAR Y RUIZ DE AGUIRRE, José TEJA CASUSO, Angel Ramón (Coord.). *Los grandes monasterios benedictinos hispanos de época románica* (1050-1200). Palencia: Fundación Santa María La Real, 2008. p.191-216.

_____. *La miniatura en el Monasterio de San Millán de la Cogolla*: una contribución al estudio de los códices miniados en los siglos XI al XIII. Instituto de Estudios Riojanos, 1999.

_____. Los libros ilustrados en el Monasterio de San Millán de la Cogolla en la Edad Media. In: CORDERO RIVERA, Juan (Coord.). *San Millán de la Cogolla en la Edad Media*. Logoño: Atenco Riojano, 1999. p.75-90.

UBIETO ARTETA, Antonio. *Cartulario de San Millán de la Cogolla* (759-1076). Valencia: Anubar, 1976.

_____. Los primeros años del Monasterio de San Millán. *Príncipe de Viana*, v. 34, n.132-133, p.181-200, 1973.

VARASCHIN, A. San Millán de la Cogolla: le temps du monastère ou l'imaginaire de Gonzalo de Berceo. *Cahiers de Civilisation Médiévale*, n. 24, p.257-267, 1981.

WALKER, Rose. Leonor of England, Plantagenet queen of King Alfonso VIII of Castile, and her foundation of the Cistercian abbey of Las Huelgas. In imitation of Fontevraud? *Journal of Medieval History*, n. 31, p.346 -368, 2005.

WATERS, C. M. Holy Familiars: Enclosure, Work, and the Saints at Syon Abbey. *Philological Quarterly*, v. 87, n. ½, p.135-162, 2008.

YARZA LUACES, José Joaquín. Códices iluminados en el Monasterio de Las Huelgas. Reales Sitios: *Revista del Patrimonio Nacional*, n. 107, p.49-56, 1991.

_____. El diablo en los manuscritos monásticos medievales. *Codex aquilarensis: Cuadernos de investigación del Monasterio de Santa María la Real*, n. 11, p. 103-130, 1994.

_____. La miniatura románica: Estado de la cuestión. *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, n2, p.9-26, 1990.

Artigo recebido em 31/08/2010 e aceito para publicação em 24/09/2010